



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0006870-27.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Furto**
 Documento de Origem: **IP - 200/2014 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **LUCAS CAEL DE LIMA BALBINO**
 Vítima: **ANDERSON BALDO SERAFIM DE OLIVEIRA**

Aos 24 de janeiro de 2017, às 16:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. CARLOS EDUARDO MONTES NETTO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Drº Marco Aurélio Bernarde de Almeida**. Presente o réu LUCAS CAEL DE LIMA BALBINO, acompanhado de defensor, o **Drº Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida duas testemunhas de acusação e interrogado o réu. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. Não havendo óbice na utilização de sistema de gravação audiovisual em audiência, todas as ocorrências, manifestações, declarações e depoimentos foram captados em áudio e vídeo, conforme CD identificado, [anexado e autenticado pelos presentes neste termo] **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** "MM. Juiz: Dispensado o relatório em razão da celeridade e oralidade processual, a ação penal é procedente. A autoria é certa e recai sobre a pessoa do réu, prova disso é a fala das testemunhas e sua própria confissão, que formam um todo homogêneo. Do mesmo modo, a materialidade delitiva vem demonstrada pelo RDO e pela fala das pessoas que foram ouvidas em audiência. O réu é confesso. Assim praticou conduta humana típica, antijurídica e culpável, devendo ser condenado e sua pena assim ser fixada. Inexistindo circunstâncias conhecidas de oscilação da reprimenda pode esta ser fixada no mínimo legal, fixando-se o regime mais benéfico. Diante do exposto requer o Ministério Público a integral procedência da ação. **Dada a palavra à DEFESA:**"MM. Juiz: o réu é confesso. A confissão está em harmonia com o restante da prova, o que autoriza o reconhecimento da atenuante na forma dos artigos 65, III, "d", do CP e 197 do CPP. Referida confissão foi dada após a garantia de entrevista reservada com a Defensoria Pública, revelando a autodeterminação do sujeito, que deve ser respeitada. É cabível o reconhecimento da forma privilegiada. Requeiro pena mínima, benefícios legais, aplicação exclusiva da pena de multa



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

em decorrência do privilégio e a concessão do direito de recorrer em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. Lucas Cael de Lima Balbino, qualificado a fls.37, foi denunciado como incurso no art.155, "caput", do Código Penal, porque no dia 21 de maio de 2014, por volta das 23h30min, na Rua Treze de Maio, nº 2171, próximo à Junta Militar, Centro, nesta cidade e Comarca, subtraiu para si, um celular da marca Samsung, Modelo GT 18190L, Galaxy SIII mini, avaliado indiretamente em R\$300,00 bem pertencente à vítima Anderson Baldo Serafin de Oliveira. Recebida a denúncia (fls.87), houve citação e resposta à acusação, sem absolvição sumária (fls.118). Nesta audiência foram ouvidas testemunhas comum e interrogado o réu, havendo desistência quanto às faltantes. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação e o regime aberto. A defesa pediu a concessão de benefícios na aplicação da pena. **É o Relatório. Decido.** O réu é confesso. A prova oral reforçou o teor da confissão. Não há dúvida quanto a autoria e materialidade do crime. A res furtiva tem valor econômico de R\$300,00. Não se trata de objetos de valor irrisório, tampouco insignificante. Há ofensa a patrimônio da vítima. Há lesão a bem jurídico protegido. O fato é típico e antijurídico, inexistindo possibilidade de absolvição em razão de princípio da insignificância, que não tem amparo na lei, nem há, em que pesem argumentos em contrario, possibilidade de sua aplicação, a fim de evitar a conversão do ilícito em ato lícito, como se fosse aceito pela sociedade, em favor da qual deve-se evitar a impunidade. Ante exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** Lucas Cael de Lima Balbino, como incurso no artigo 155, caput, e §2º, c.c. artigo 65, III, "d", todos do Código penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, fixo-lhe a pena-base em 01(um) ano de reclusão, a ser cumprido inicialmente em regime aberto, e 10(dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária. Diante do disposto no §2º do art.155 do CP, **aplico apenas a pena de multa, consistente no pagamento de 10 dias-multa.** Não há custas nesta fase por ser o réu beneficiário da justiça gratuita. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Talita Vanessa Penariol Natarelli, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensor Público:

Ré(u):